



**Secretaria de Estado da Justiça Família e Trabalho
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**



Ao oitavo dia do mês de Outubro de dois mil e dezenove, às nove horas na Sala Fani Lener, no 7º andar, no Palácio das Araucárias, situado à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº, ao bairro Centro Cívico, Curitiba-PR, deu-se início a plenária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná – CEDM/PR. Fizeram-se presentes conforme convocação; **Representantes da Sociedade Civil:** Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM/PR), Carmem Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde), Anacélie de Assis Azevedo (CUT), Ivanete Paulino Xavier (Rede de Mulheres Negras – PR), Maria Elvira de Araújo (ASSEMBA), Silvana Rausis Fcachenco (FAMOPAR), Terezinha (HUMSOL), Marceli de Camargo (Central Integrada de Apoio Familiar), Marisa Stedile (FETEC -CUT) **Representantes Governamentais:** Mara Sperandio (SEJU - DGDM), Maria Isabel Leprevost Brandão Daldin (SEED), Ana Zaiczuk Raggio (SEJU/DEDIF), Roberta Gomes Justus Costa (SEJU/Trabalho), Carolina Bolfe Poliquesi (SESA), Kamila Conte Kunz (SEDU), Márcia Rejane Vieira Marcondes (SESP), Tania Mara Domingues (SEJU). **Colaboradoras:** Silvanea F. Farah (DGDM – SEJU), Gisele Maestrelli (CEVIGE – OAB/PR). **1. Apreciação e Aprovação da Pauta;** a pauta foi aprovada pelo conselho. **2. Informes da SEC/CEDM:** em mudanças de representações, aplicadas à ASSEMBA, com a troca de titularidade de Maria Elvira para Rosalina Batista, com a continuidade de Maria Lúcia à suplência. Foram justificadas as ausências de Maria Inês Barbosa Marques e Isabela Candeloro Campoi, estas que são representantes da UNESPAR, não puderam comparecer à plenária desta data. A conselheira Maria Isabel; Presidente deste Conselho relatou sobre a reunião realizada com o secretário Ney Leprevost, no Palácio Iguaçu, com os quatorze conselhos que fazem parte desta secretaria e mais alguns colegiados, reunião muito positivo, onde falamos sobre a conferência, onde falamos sobre o recurso disponível de 250 mil e também ressaltamos a questão da violência contra as mulheres e o Secretário falou que agendássemos uma reunião com o Secretário da SESP para tratarmos essa questão da violência e também a questão dos médicos do IML. Houve outra reunião com o Secretário da SESA, onde estava a Conselheira Marcia Marcondes as quatro deputadas estaduais da comissão da Mulher a Procuradora da Mulher Deputada Cristina Silvestri a Desembargadora do Ministério Público Lenice Boldstein o Secretário Preto e mais três médicos do IML, e foi tentado de alguma maneira de como poderia ser resolvida esta questão, por que eram oito médicos e hoje só tem dois, o Secretário disse que não pode colocar médicos, mas a proposta do pessoal do IML e que poderia abrir uma pauta do pessoal do IML abrir uma pauta para o médicos do IML fazerem um treinamento de coleta de vestígios para todos os médicos de hospitais de atendimento de base, este vestígio coletados, seriam encaminhado para o IML e o médicos do IML só referendariam, então será marcada outra reunião sem data ainda definida, para se resolver esta questão. A conselheira Márcia relata sobre a reunião na SESA, onde estava presente o Secretário da SESA, o Diretor do IML e também a Desembargadora Lenice Boldstein, onde foi debatido duas questões, uma refere-se ao atendimento à mulher vítima de violência doméstica familiar, em que no atendimento médico, fosse extraído todas as informações submetido à violência. A segunda questão foi sobre a mulher vítima de violência sexual, onde a preferência de atendimento seja em unidade hospitalar quando refere-se à perícia. A proposta sugerida é que se realize um



**Secretaria de Estado da Justiça Família e Trabalho
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**



treinamento aos médicos da SESA, para que se obtenha todas as informações de indícios. A conselheira Carmen relata que a proposta foi feita há muito tempo e a problemática é que não há segurança jurídica pelo próprio IML, o diretor pode aceitar ou não esse tipo de proposta, deixando uma insegurança, visto que na gestão passada em que o diretor não tinha ciência da existência da resolução conjunta e de que os médicos da SESA faziam esses atendimentos, a proposta se realmente aceita, deve haver uma documentação, para que haja segurança, constando capacitação constante, pois a equipe pode mudar. O movimento social também fez uma carta ao Governador, onde entregou a SESP na SESA, realizando uma cópia e entregou ao Deputado, a vereadora, ao MP, a OAB, colocando essa questão, essa carta obtém dados, a partir dos dados apresentados no Conselho e na Secretaria de Saúde verificando a média de um caso e meio em 24 horas onde o médico se deslocaria. A terceira questão a observar, é que além dos médicos da SESA que foram colocados à disposição. A Prefeitura também incluiu médicos em Curitiba, estes não estão nos plantões. O movimento social entrou em contato com algumas pessoas das equipes dos hospitais e eles têm reclamado que em Curitiba há demora do escrivão da delegacia da mulher, para solicitar o exame de corpo de delito para o hospital, a demora entorna à 4 horas. A conselheira relata que houve uma reunião com o pessoal do Hospital de Clínicas e Hospital Universitário Evangélico Mackenzie, estipulando que a comunicação seja realizada por um e-mail específico para mandar os dados para a delegacia, também para confeccionar um boletim de ocorrência e expedir guia de exame e de ocorrência, foi posto esses dados ordenados e é encaminhado, fazendo um e-mail único e específico para a comunicação. Foi encaminhado pelo conselho um ofício, para os secretários solicitando essa reunião, foi enviado novamente à SESP e SESA, entretanto não houve resposta. Carol considerou que a possibilidade do atendimento às pessoas vítimas de violência sexual, a organização que foi feita pensando no melhor atendimento integral, da pessoa vítima de violência sexual, ponderou que uma pessoa chegando ao hospital vítima desta violência, são executados dois procedimentos, um da equipe multiprofissional em saúde com a questão da medicação, outro código e procedimento é o da coleta de vestígios, associando a descrição que está sendo feita, entre responsabilidade da SESA e da SESP, onde houve esse acordo da Secretaria de Saúde do Estado ceder profissionais para a SESP para otimizar este processo. A conselheira Carmem alegou que foi pedido que a reunião se realizasse no dia 23, ainda será verificado a resposta. Aos informes da comissão de organização, foi formada uma comissão e houve uma reunião, composta pelas conselheiras Maria Isabel, Ana Raggio, Marceli de Camargo, Terezinha. Inicialmente foi realizado um comunicado aos municípios, onde precisava encaminhar-se na forma de ofício, fazendo um informe sobre o que já foi publicado, para o primeiro regulamento pelo Governo Federal, há prazo para realização dos eventos, ainda não há o regulamento do Estado. Recomenda-se que quando os municípios realizarem as eleições, sejam eleitas delegadas titulares e suplentes em ordem de prioridade de participação, pois se houver decisão de vagas e o número ser menor, conseguirão definir quem virá ou que tenham reservas de pessoas para a necessidade de comparecerem pessoas a mais do que haviam eleito inicialmente. Foi realizado uma minuta de decreto para poder fazer o chamamento da conferência que

seriam as providências iniciais em primeiro momento, posteriormente é necessário saber o valor para poder haver percepção de quantitativo de mulheres que podem participar para assim definir o número de vagas e poder trabalhar no regulamento, foi executada uma análise do regulamento anterior e ficou para a próxima reunião para suceder o novo regulamento e pensar uma provocação aos municípios, efetivamente a um grupo de pessoas mobilizem-se para essa conferência para que haja provocações dos Municípios, que de fato realizem as conferências regionais e não exclusivamente municipais, que preferencialmente sejam feitas conferências regionais, em ênfase os municípios de grande porte, pois isto garante a participação de municípios menores. A conselheira Maria Isabel, alega que diferente das outras conferências o Governo Federal não custeará a ida das delegadas, ficando por responsabilidade do Estado, os R\$ 250.000 se reduz. Complementou que fazer o regulamento com relação ao que os municípios têm, assim aguardando sair a publicação. A ideia trabalhada é o regulamento ser uma narrativa prévia do que vai acontecer antes da conferência, o regimento trabalhou durante e depois da conferência, ainda não é possível alegar quantos Delegados vão ser encaminhados ao Governo Federal. A conselheira Mara Sperandio informa que o fundo do conselho está entre 90% e 99% de chance a ser aprovado pelo governo, foi realizado a minuta, encaminhou-se à SEFA e assim está sendo avaliado a previsão orçamentária, a ser aprovado. Houve uma denuncia do Conselho da Mulher de Cascavel, em que toda a lei de criação está colocada no masculino singular e onde está dizendo que homens podem fazer parte do Conselho Cascavel e a ideia de não vão fazer eleições agora rápida, é em função do fundo. A conselheira questiona ao conselho se há uma ingerência ao agir pelo Conselho Municipal; a Conselheira Anacelie representante da CUT, indaga que independente de ingerência, pode realizar-se uma orientação para os conselhos que a composição deve ser de mulheres, pode haver o incentivo da criação de fundos que sejam destinados para atender o plano que o município tenha de atuação da proteção dos direitos das mulheres, podendo executar uma resolução, para ser entregue e lido nessa intenção de provocar o debate, onde o conselho tenha alguns parâmetros necessário. A conselheira Mara Sperandio, comunica que foi realizado uma webconferência para os 24 escritórios regionais, para ser estendido aos 399 municípios, nessa webconferência foi falando do fortalecimento e criação de novos conselhos, foi dito sobre todos os aspectos da mulher, na violência física, direito à Saúde e direito a ocupar todos os espaços participativos civis e políticos. A conselheira Ana Raggio sugere em criar um grupo de trabalho, que possa trabalhar as orientações para os conselhos municipais, um grupo que pensasse fomento e apoio a conselhos municipais, realizando as conferências, uma comissão que trabalhasse isso, em que será acompanhado as proposições realizadas por uma relatoria, tendo o trabalho recorrente na plenária, auxiliando o desenvolvimento de uma relação melhor com os municípios, obtendo uma equipe responsável para o acompanhamento reiterado dos Municípios, a conselheira questiona ao conselho se há viabilização para a criação de uma comissão provisória, que cuide do fomento das conferências e do incentivo a criação de conselhos, com esta proposta a comissão se integra com Márcia Rejane Vieira Marcondes, Ana Raggio, Maria Isabel Pereira Corrêa, Terezinha Possebom e Tânia Mara Domingues. **Apresentação da SEJUF/TRABALHO**

Relativo ao Monitoramento do Plano: este ponto de pauta foi transferido para o dia 12 de novembro. **Apresentação - Superando Preconceitos e Compreendendo Mulheres LBT - Ana Raggio:** é falado bastante de população LGBTI, em que a sigla surge das iniciais de: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. Há uma realidade vivenciada de violência contra essa população. O Brasil está em primeiro lugar no número de assassinatos de pessoas travestis e transexuais no mundo, também está no primeiro lugar que acessa pornografia sobre pessoas travestis e transexuais, um dado da ONU mostra que o Brasil concentra 44% dos assassinatos LGBT do mundo numa análise de 10 anos (2008 a 2018), a expectativa de vida de travestis e transexuais (segundo a OEA??? nas Américas) é de 35 anos, sendo que a média de vida da população geral é em torno de 74/75 anos. O número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo vem aumentando, desde a decisão do STF em 2011, que garantiu a possibilidade desses casamentos. Há diversas informações sobre questões de discriminação e violência dentro da escola, obtém números de assassinatos de uma pessoa no ano de 2016 a cada 28 horas, hoje em dia com números a cada 26 horas; também há estudos nos Estados Unidos que apontam que uma pessoa LGBT tem oito vezes mais chances de cometer suicídio do que a população em geral, a ideia de suicídio é trabalhada como um assassinato pela sociedade, não se entende o suicídio como uma autoflagelação, mas como decorrência direta de uma omissão, alguma ação preconceituosa da sociedade. A sociedade define tudo a partir do que se chama sexo biológico, se nascer com vagina é uma menina, ou seja o comportamento do que ela vai poder fazer nessa sociedade já está definido, e se nascer com pênis, será menino. A ideia é que os estudos de gênero feitos pelos movimentos feministas entenderam que as pessoas não são definidas a partir do sexo biológico. Quando se fala em sexo biológico terá fêmea, macho e a intersexualidade que geralmente entende-se como hermafrodita (que refere-se a plantas e animais), para pessoas é dirigido a intersexualidade, com a existência mais de 32 tipos de intersexualidade. No nascimento da criança, o hospital questiona a qual opção os responsáveis querem (menino ou menina), não tendo o direito a escolha de quem elas serão, passando por tratamentos hormonais ainda na infância. Há a orientação sexual, que pode ser definida biologicamente, psicologicamente e socialmente, todos esses meios influenciam na formação da orientação sexual. Terá a pessoa heterossexual, homossexual ou bissexual, a identidade de gênero que é definida em entender ser uma mulher, um homem ou uma pessoa transexual. A ideia de homem ou mulher é a ideia de pessoa cisgênero. O transgênero é alguém que transgredir o gênero e a ideia do gênero baseado em sexo biológico. Tem algumas pessoas que trabalham com a ideia de expressão de gênero, que se refere ao comportamento, que não vai ser definida pelo sexo biológico, mas sim definido pelo que a pessoa quer ser. LGBT vai ter uma divisão quando se fala de lésbicas, gays e bissexuais, refere-se a orientação sexual, em que a pessoa poderá ser homossexual bissexual ou heterossexual, isso é orientação sexual. Pessoas transgêneros são pessoas travestis e transexuais, as pessoas têm muita dificuldade, se nasceu como um homem é uma travesti, onde a pessoa passou por cirurgia, é uma mulher. A pessoa transexual é uma mulher transexual, um homem trans, ele é um transexual. A não existe diferença entre travesti e transexual e isso é uma



**Secretaria de Estado da Justiça Família e Trabalho
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**



questão de definição política. A conselheira Marisa Stedile, questiona se existe a necessidade de usar a palavra trans, sendo que a pessoa se identifica, a partir do momento que coloca mais esse adjetivo você acaba supostamente também fazendo todas as questionamentos. A conselheira Ana Raggio explica que é falando de políticas públicas e tem que se pensar, que haverão homens que podem engravidar, então é preciso pensar uma política pública específica. O SUS tem um problema que é feito o processo transexualizador, o qual demora anos na fila, onde a pessoa só pode fazer após os 18 anos, é importante porque daí dentro do SUS a pessoa fez o processo transexualizador e agora ela vai ser atendida como homem, mas ela precisa ser atendida por um(a) ginecologista, e não por um urologista. Existem especificidades da política pública que precisam ser pensadas. Então nesse ambiente é importante falar em homem trans e mulher trans, pois a política pública vai ser diferente, será preciso o funcionamento do processo transexualizador no estado do Paraná, que até hoje não tem essa cirurgia, e também precisa ser pensado se o nome social na educação está sendo respeitado ou não. Hoje em dia há facilidade para trocar o nome, enquanto ela não troca o nome, é usado o nome social. Há países com pena de morte ou de prisão para pessoas por serem LGBT, na Rússia existe uma lei que proíbe propaganda da LGBT. Existem várias legislações, a Lei Maria da Penha garante independência de orientação sexual, o Estatuto da Juventude trabalha a ideia de que não haja discriminação por orientação sexual, que haja formação de profissionais acerca de orientação sexual e gênero, conteúdos curriculares sobre sexualidade, há decisões que garantem a possibilidade de adoção, alteração do nome e casamento, em Curitiba tem algumas ONGs muito importantes para essa questão. A conselheira (1:50:46 áudio) argumentou sobre a questão da transição e se existe conselho LGBTI, Ana Raggio relata que não há Conselho Estadual LGBTI, mas um comitê junto à secretaria de justiça, a composição pela Secretaria de Segurança Pública e a saúde, a educação, a SEJU, uma pessoa da assistência prevista que participa como sociedade civil a OAB, o CRP, o Grupo Dignidade, o Dom da Terra e a APAD Associação Paranaense da Parada da Diversidade, sendo não deliberativo é incluso o maior número de pessoas possíveis, designado como comitê. Na saúde há a previsão, então dentro do Conselho não há comissão específica, mas um comitê de atenção integral à população LGBT, que não está em funcionamento, entretanto há previsão; em existe o GT LGBT da Secretaria de Estado de Segurança Pública, com a existência dessa previsão por resolução, também em não funcionamento. Em funcionamento está o GT TRANS, um grupo que trabalha especificamente com o estudo de como dar atenção aos homens e mulheres travestis e transexuais, no espaço do sistema penitenciário, o encarceramento dessas pessoas sobre esse diálogo. O plano estadual LGBT foi de 2013 a 2015 e está em processo de atualização no comitê. Em relação à criação de crianças e adolescentes, ainda há a reluta de impossibilitar o debate sobre isso para criança dos Adolescentes achando que a terá influência no que essa criança vai se tornar. A questão do processo transição é complexo, as pessoas passam muitos anos sem entender, é um processo individual de cada pessoa e o que cabe a todos é chamar a pessoa como ela se identifica. A conselheira Isabel alega que essa questão na área da educação é importante, os professores não estão prontos para isso, assim como se encontra na saúde alguns

entraves, na escola os professores também precisam de bastante informação, é realizado atendimentos para pedagogos que chamam a família para indicar psicólogo para cura, é feito uma conversa simples, sempre tentando proteger o direito da Criança e do Adolescente da sua intimidade, das suas descobertas. **6. Situação Legal do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Toledo:** a questão da situação legal do Conselho Municipal dos Direitos da mulher de Toledo vai para a comissão formada neste pleno, para que seja feito uma análise. **7. Reunião Ampliada;** questão da reunião ampliada foi dialogada com Tatiane secretária de política para mulheres de Campina Grande do Sul, a data prevista para a reunião é para 18 de novembro (a confirmar), abordando o tema de Fortalecimento dos Conselhos. **8. Informe Gerais:** foi recebido algumas justificativas de ausência da Giana De Marco do grupo dignidade, da Ana da APP sindicato que fez a justificativa da ausência. Sobre a conferência dos direitos da mulher de Curitiba estão com as inscrições abertas, é de grande importância a presença das entidades representadas no conselhos. **9. Palavra das Conselheiras:** A conselheira Silvana Rausis, relata ao conselho que houve a conferência Municipal de Saúde sábado e domingo e ao final da conferência uma pessoa que é representante de um grupo de lésbicas, pegou o microfone e disse que a ASSEMPA afligiou a conferência, pois uma entidade de mulheres tinha homens inscritos, os quais estavam acompanhando suas respectivas mulheres, que representavam suas etnias, a saúde é universalizada pelo SUS e questiona se alguém considera impróprio, que uma entidade de mulheres trabalhem a sociedade mediante suas cláusulas estatutárias, pois foi uma abordagem fora de propósito. A conselheira Maria Isabel , rebate que se a ASSEMPA trouxesse um homem para o conselho da mulher, não seria aceito pela conselheira. Foi feito um debate sobre a questão do conselho de Cascavel, também houve a formação da Ana Raggio sobre a questão LGBTI, nesse sentido a representatividade tem que referir-se com pessoas que representam os segmentos, se o debate for para construção de políticas públicas de mulheres, ou qualquer outro espaço, como no conselho de saúde, tem que ser realizado por mulheres, se a Constituição de políticas públicas for para população LGBTI, a participação social tem que ser por representação LGBTI, pois será o único espaço em que esta população poderá aconselhar o estado para realizar a política pública. A conselheira Maria Isabel,relata sobre a questão do fundo, que será trabalhado na reunião de Novembro. Neste ponto de pauta também foi relatado a questão das publicações no site do conselho, foi sugerido realizar um ofício para a solicitação, em que toda notícia do conselho seja publicado em seu respectivo site. A secretária executiva Jane Vasques, sugere que as informações das atas sejam mais resumidas, para bom entendimento das conselheiras. Foi explicado a conselheira que a responsabilidade das atas, são de estagiários de letras e que estas são feitas através de áudios, se há algum problema na gravação, não há o que se fazer, pois nem sempre podem estar presentes nas reuniões. A conselheira Marceli, apresentou uma solução, que de acordo com a ata aberta no processador de texto word, pode ser feita abaixo de cada pauta, a deliberação dos pontos e escreve o que foi decidido. **Encerramento:** houve agradecimento ao comparecimento de todas as conselheiras, dando-se por encerrado a reunião. Esta Ata foi redigida pela estagiária Sara, e corrigida pela Secretária Executiva Jane Vasques, após aprovada será



**Secretaria de Estado da Justiça Família e Trabalho
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**



publicada no DIOE e inserida no site do CEDM/PR. Publicado no DIOE Nº1069 de 19/05/2020

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ - CEDM/PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Térreo Ala C - Bairro Centro Cívico – Curitiba - Paraná.

Cep. 80530-915 - Fone: 3210.2597 Publicado no DIOE Nº1069 de 19/05/2020

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ - CEDM/PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Térreo Ala C - Bairro Centro Cívico – Curitiba - Paraná.

Cep. 80530-915 - Fone: 3210.2597

Publicado no DIOE Nº1069 de 19/05/2020

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ - CEDM/PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Térreo Ala C - Bairro Centro Cívico – Curitiba - Paraná.

Cep. 80530-915 - Fone: 3210.2597